



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXVIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA PRELIMINAR – 15.01.2006

01ª questão: Direito Penal: Valor – 05 pontos

Se o agente praticou fato típico diante de situação de perigo que ele mesmo provocou por negligência, poderá se beneficiar da exclusão da ilicitude de sua conduta invocando o estado de necessidade ?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

02ª questão: Direito Penal: Valor – 05 pontos

CASO A: ANTONIO recebeu em sua residência, por engano do serviço de entregas, um forno de microondas adquirido por seu vizinho PEDRO nas Casas Bahia. Mesmo percebendo de imediato o erro do entregador, ANTONIO ficou com o eletrodoméstico para si.

CASO B: MARIA, secretária que gozava da confiança plena de seu patrão CLAUDIO a ponto de, com a concordância deste, movimentar as contas bancárias da empresa com o uso do cartão de acesso ao caixa eletrônico, realizou, no intervalo de três meses, oito saques em dinheiro maiores do que os devidos, locupletando-se das diferenças e adulterando os extratos de movimentação bancária que eram apresentados a CLAUDIO, a fim de que não fossem levantadas suspeitas.

Nos casos acima, que crimes devem ser imputados a ANTONIO e MARIA ?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

03ª questão: Direito Penal: Valor – 05 pontos

JOÃO, comerciante na cidade do Rio de Janeiro, passando por sérias dificuldades financeiras, lançou no livro de escrituração do ICMS diversas operações comerciais com

valores cerca de 50 % (cinquenta por cento) inferiores aos verdadeiros, o que veio a ocasionar o recolhimento de quantia menor do que a devida ao fisco. Descoberta a fraude pela fiscalização, iniciou-se o procedimento administrativo para constituição definitiva do crédito tributário. Simultaneamente, foi encaminhada cópia da documentação ao Ministério Público, com elementos que demonstram suficientemente a existência do fato e a responsabilidade de JOÃO por sua prática.

Pergunta-se:

- a) Qual a tipificação penal da conduta de JOÃO ?
- b) Que providência deve ser tomada pelo Promotor de Justiça que recebeu a documentação encaminhada pelo fisco ?
- c) Uma vez iniciada a ação penal, o eventual pagamento integral do débito na data da audiência de interrogatório teria alguma relevância penal?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

04ª questão: Direito Processual Penal: Valor – 05 pontos

É cabível a impetração de mandado de segurança por Promotor de Justiça contra ato de Juiz que concede, de ofício, suspensão condicional do processo, apesar de manifestação expressa contrária do membro do Ministério Público? Se cabível o *mandamus*, deve o réu ser chamado ao feito?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

05ª questão: Direito Processual Penal: Valor – 05 pontos

É correto afirmar-se existir conflito de atribuições entre o Juiz e o Órgão do Ministério Público quando este último se recusa a aditar a denúncia na hipótese do parágrafo único do artigo 384 do Código de Processo Penal, contrariando o posicionamento do Magistrado?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

06ª questão: Direito Civil: Valor – 05 pontos

O menor absolutamente incapaz responde pelos prejuízos que causar?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

07ª questão: Direito Civil: Valor – 05 pontos

O abuso de direito configura ato ilícito? Quais as suas características?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

08ª questão: Direito Civil: Valor – 05 pontos

Em uma separação judicial litigiosa, havendo divergência dos genitores quanto à guarda dos filhos, como opinaria como membro do Ministério Público?

A RESPOSTA **NÃO DEVE** TER A FORMA DE PARECER.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

09ª questão: Direito Processual Civil: Valor – 05 pontos

Diante do não pagamento de uma dívida no dia do seu vencimento, o Estado do Rio de Janeiro, titular do direito de crédito, ajuizou ação de cobrança em face de João, o devedor, domiciliado na Comarca de Duque de Caxias. Distribuída a ação a um dos juízos fazendários da Comarca da Capital, que determinou a citação de João, este, sem prejuízo do oferecimento da peça contestatória, apresentou exceção de incompetência, alegando que o feito deveria tramitar no juízo da Comarca de Duque de Caxias. O ente político, impugnando a exceção, sustentou a prevalência do juízo privativo fazendário da Capital. Qual a solução correta para o incidente de exceção de incompetência?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

10ª questão: Direito Processual Civil: Valor – 05 pontos

Acórdão que, proferido em sede de ação rescisória, reconhece a consumação do prazo bienal a que alude o artigo 495 do Código de Processo Civil, uma vez trânsito em julgado, pode, por sua vez, ser impugnado por meio de outra ação rescisória, caso presente algum fundamento do artigo 485, *caput*, do mesmo diploma?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

11ª questão: Direito Constitucional: Valor – 05 pontos

Prefeito de Município fluminense inicia procedimento licitatório destinado à contratação de instituição bancária para a administração do pagamento de subsídios e

remunerações aos respectivos servidores públicos. Tal licitação é constitucional? Responda sucinta e fundamentadamente.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

12ª questão: Direito Constitucional: Valor – 05 pontos

Um Promotor de Justiça, portando apenas a carteira funcional expedida pelo Ministério Público fluminense, pretendeu fazer viagem aérea ao Uruguai. A companhia de aviação não permitiu seu embarque sob a alegação que somente a cédula de identidade civil seria aceitável para substituir o passaporte, de acordo com norma específica de Decreto federal vigente.

Sabendo que o Uruguai e o Brasil celebraram tratado internacional, o qual ainda está em vigor, autorizando o uso de cédula de identidade civil para ingresso do nacional de um país no outro, responda, sucinta e fundamentadamente, se a companhia de aviação estava correta.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

13ª questão: Direito Administrativo: Valor – 05 pontos

Dois anos após celebrado contrato de permissão para a exploração de transporte de passageiros dentro do Município, o Prefeito expede decreto no qual veda o reajuste da tarifa, para atender à população usuária do serviço. Irresignada, a empresa permissionária postula a anulação do decreto. Tem amparo a pretensão da empresa? Justifique.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

14ª questão: Direito Administrativo: Valor – 05 pontos

Qual o sentido do “regime especial” atribuído às agências reguladoras?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

15ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público: Valor – 05 pontos

É obrigatória a intervenção do Ministério Público em processo de execução fiscal, tendo sido argüida, *incidenter tantum*, a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo instituidor do tributo?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

16ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público: Valor – 05 pontos

É admissível que o Ministério Público requisi-te informações cobertas por sigilo bancário ou fiscal, independentemente de ordem judicial?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

17ª questão: Direito Empresarial: Valor – 05 pontos

Determinado credor de uma cédula de crédito bancário virtual, acompanhada de simples protesto cambiário, pode requerer a falência de uma sociedade limitada que explora a pecuária? Os autos devem ser remetidos ao Ministério Público, para promoção, nessa fase processual?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

18ª questão: – Direito Empresarial: Valor – 05 pontos

O inadimplemento de uma obrigação dá azo à aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

19ª questão: Direito Tributário: Valor – 05 pontos

Quais são as principais diferenças entre os institutos da remissão e da anistia?

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

20ª questão: Direito Eleitoral: Valor – 05 pontos

Nas eleições municipais de 2004, um dos candidatos à eleição majoritária, aceitando a promessa de que seria nomeado para um cargo em comissão, desistiu de concorrer ao pleito. O presidente de um dos partidos políticos integrantes da coligação que permaneceu na disputa presenciou o ocorrido e, com fundamento no art. 237, § 2º, do Código Eleitoral, promoveu a responsabilidade do candidato autor da promessa perante o Corregedor Regional Eleitoral. Ao final do processo, constatada a veracidade do fato, o

autor, que jamais ocupara cargo público, teve o seu registro cassado. Pronuncie-se a respeito.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA.

BOA SORTE!